

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 26 de novembro de 2025 às 07h51
Seleção de Notícias

Exame.com | BR

Direitos Autorais

Warner fecha acordo com startup de IA e encerra disputa por direitos autorais	3
HOME	

26 de novembro de 2025 | Propriedade Intelectual

Investigação dos EUA pode repetir drama do tarifaço, diz diretor do Itamaraty	4
HOME	

IstoÉ Dinheiro Online | BR

Inovação

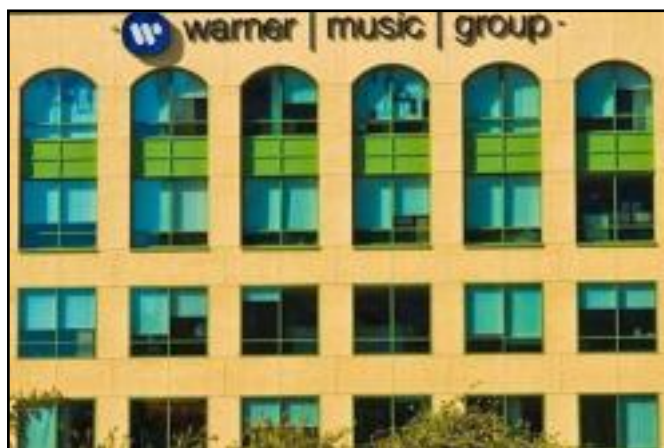
MS aprova parcerias para produção de medicamentos destinados ao SUS	6
ÚLTIMAS AUTOR ISTOEDINHEIRO.COM.BR	

Sebrae Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Castanha de caju conquista primeira Indicação Geográfica e destaca RN no cenário nacional . . .	7
CAMILA VIDAL	

Warner fecha acordo com startup de IA e encerra disputa por direitos autorais



Acordo inclui venda do Songkick, novos modelos de IA licenciados e regras para uso de voz e imagem de artistas

A Warner Music Group (WMG) anunciou a resolução de sua disputa judicial com a Suno, startup de criação musical por inteligência artificial. O acordo encerra o processo por **direitos** autorais movido pela gravadora e estabelece uma parceria que inclui licenciamento e novos mecanismos de proteção para artistas e compositores.

Como parte do entendimento, a WMG também confirmou a venda da Songkick - plataforma dedicada à descoberta de shows e eventos ao vivo - para a própria Suno. O valor da transação não foi divulgado. A Songkick, comprada pela Warner em 2017, permanecerá ativa sob direção da startup, segundo o TechCrunch.

Suno lançará modelos licenciados

Com o acordo, a Suno lançará no próximo ano modelos de IA mais avançados e totalmente licenciados, que substituirão as versões atuais. O uso da plataforma também será alterado: downloads de áudios gerados exigirão uma conta paga, enquanto usuários gratuitos poderão apenas reproduzir e compartilhar conteúdos.

A Warner reforçou que artistas e compositores do seu catálogo terão autonomia sobre o uso de seus nomes, vozes, imagens e composições em músicas criadas pela tecnologia da Suno. O grupo reúne nomes como Lady Gaga, Coldplay, The Weeknd e Sabrina Carpenter.

Em comunicado, o CEO da WMG, Robert Kyncl, classificou o acordo como uma oportunidade para ampliar receitas e criar novos formatos de interação com fãs, destacando o crescimento acelerado da Suno em número de usuários e monetização.

A resolução ocorre uma semana após a WMG também encerrar sua disputa com a Udio, outra startup de música por IA, com quem firmou um acordo de licenciamento para um serviço a ser lançado em 2026. Universal Music Group e Sony Music Entertainment, que moveram ações semelhantes, também estariam em negociações para licenciar obras às duas empresas.

Na última semana, a Suno anunciou uma rodada de investimento Série C de US\$ 250 milhões, com avaliação pós-investimento de US\$ 2,45 bilhões, liderado pela Menlo Ventures e contou com participação da NVentures, Hallwood Media, Lightspeed e Matrix.

Investigação dos EUA pode repetir drama do tarifaço, diz diretor do Itamaraty



Processo pela Seção 301 foi aberto em julho e investiga temas como pix e **pirataria**

Embora o tarifaço dos Estados Unidos contra produtos brasileiros tenha sido reduzido, o governo brasileiro segue preocupado com outra questão: a investigação aberta pelos americanos contra o Brasil, por meio da Seção 301.

"Esta é possivelmente a maior 301 de todos os tempos. Muitas vezes, uma ação de 301 em um setor bem específico, mesmo quando se fala de China. O Brasil é alvo de uma investigação amplíssima. São seis temas, cada um deles é extremamente amplo", disse Fernando Pimentel, diretor do Departamento de Política Comercial do Ministério das Relações Exteriores.

A investigação, aberta em julho, envolve seis áreas em que o Brasil é acusado de práticas desleais. São elas: comércio digital e serviços de pagamento eletrônico, incluindo o Pix; tarifas preferenciais; aplicação de leis anticorrupção; **propriedade** intelectual; mercado de etanol e desmatamento ilegal.

Pimentel falou sobre a situação durante o Encontro Empresarial BR-US 2025, realizado pela Câmara de abpi.empauta.com

Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), na terça-feira, 25. Ele disse também que o Brasil tem menos controle sobre os possíveis resultados da investigação.

"O fato de a gente responder bem e ter vários dados e fatos do nosso lado não quer dizer que a 301 vai se decidir em nosso favor. Há muita discricionariedade na negociação", afirmou.

"É importante, além do tarifaço, a gente buscar encaminhar também a 301. Não faz sentido a gente resolver o tarifaço e ter de enfrentar a 301 três meses depois. Possivelmente, pelo escopo, a gente pode ter tudo isso de novo. Precisa evitar uma situação muito complicada", disse.

A investigação foi aberta em julho. Em setembro, houve uma audiência pública, na qual membros do governo, de entidades e empresas puderam apresentar seus argumentos contra e a favor das tarifas. Na ocasião, várias companhias dos EUA fizeram argumentos contra as tarifas do Brasil.

"A parte de apresentação e resposta já foi concluída. Tem agora uma fase das consultas. Elas foram oferecidas, o Brasil aceitou, mas aí cabe ao governo americano marcar. Estamos esperando para que as consultas ocorram", disse Pimentel.

A investigação não tem prazo para ser concluída, mas a expectativa é que o processo chegue ao final nos próximos meses.

O que é a Seção 301

A seção 301 é parte da Lei do Comércio dos EUA, de 1974. Essa lei autoriza o presidente a tomar medidas contra países que violem regras internacionais de comércio ou tome medidas para restringir os negócios com os Estados Unidos.

Continuação: Investigação dos EUA pode repetir drama do tarifaço, diz diretor do Itamaraty

As investigações contra os países que podem ter descumprido regras são iniciadas pelo escritório do Representante Comercial dos EUA (USTR), ligado à Presidência.

A regra determina que o USTR negocie com os países para que eles retirem as barreiras comerciais antes de aplicar medidas punitivas.

Caso não haja acordo, o governo americano pode levar a questão para órgãos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio, ou impor sanções unilaterais contra o país.

Em 2001, por exemplo, a Ucrânia foi alvo de medidas por não respeitar **direitos** autorais em CDs de música.

Em 2018, a China foi alvo de uma investigação por desrespeitar propriedades intelectuais. Como resultado, o país recebeu tarifas mais altas em uma série de produtos, o que deu início à guerra comercial

entre EUA e China.

Em 1989, o Brasil foi alvo de uma investigação pela seção 301 feita pelos EUA. Na época, os americanos questionaram o país por proibir a importação de mais de 1.000 itens, incluindo laticínios, plásticos, eletrônicos e motores de carros.

O Brasil dizia que as cotas eram necessárias para preservar seu balanço de pagamentos com o exterior e que agia dentro das regras do Gatt, grupo que coordenava o comércio global antes da criação da Organização Mundial do Comércio.

A situação levou cerca de dois anos para ser resolvida, de forma diplomática. Os EUA não chegaram a aplicar medidas duras contra o Brasil na época.

MS aprova parcerias para produção de medicamentos destinados ao SUS

ÚLTIMAS

O Ministério da Saúde aprovou cinco Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP), entre a futura Butantan Farma e empresas privadas, para a produção de antirretroviral, medicamentos oncológicos e para tratamento de doenças raras. Os remédios serão destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Butantan Farma é a nova denominação da Fundação para o Remédio Popular Chopin Tavares de Lima (Furp), órgão ligado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP). Em 11 de novembro, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou o projeto de lei para que o Instituto Butantan incorporasse a Furp.

O anúncio foi feito durante reunião plenária do Grupo Executivo do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, realizada nessa segunda-feira (24), com presença do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha. Estavam presentes também o diretor do Instituto Butantan, Esper Kallás; o diretor da Fundação Butantan, Saulo Nacif; o superintendente da FURP, Rogério Aunda; e a secretária de Estado de Saúde em exercício, Priscilla Perdicaris.

As parcerias estão sendo realizadas com empresas privadas Cristália, Prati & Donaduzzi, Biocon **Pharma** e Nortec, Blanver e Cyg Biotech, que vão permitir ampliar a produção de medicamentos para tratamento de doenças raras, como fibrose cística e amiloidose; oncológicos, como leucemias e carcinoma de células renais; e doenças negligenciadas, como o antirretroviral (HIV).

No evento, o Ministério da Saúde anunciou também um investimento de R\$ 15 bilhões no setor industrial e fechou um total de 31 novas Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) para ampliar a pro-

dução nacional de produtos estratégicos para o SUS e a oferta de medicamentos e vacinas para a população.

A seleção de novos projetos de PDP, que envolve instituições públicas e privadas para a **transferência** de tecnologia ao país, não ocorria desde 2017, sendo retomada pelo atual governo com o recebimento recorde de 147 novos projetos no chamamento público.

Parcerias aprovadas

Ivacaftor 150mg: apresentação em comprimido revestido, indicado para fibrose cística, que será desenvolvido em parceria com a Cristália, com produção prevista após o término da proteção patentária que expira em junho de 2026;

Tafamidis Meglumina 20mg: apresentação em cápsula mole, indicado para Amiloidose, em parceria com a Prati & Donaduzzi, já sem proteção de patente;

Dasatinibe 20 e 100mg: apresentação em comprimido, indicado para Leucemias Leucemia Linfoblástica Aguda (LLA) e Leucemia Mieloide Crônica (LMC), parceria com a Biocon **Pharma** e Nortec, já sem proteção de patente;

Pazopanibe 200mg e 400mg: apresentação em comprimido revestido, para tratamento de carcinoma de células renais, desenvolvimento em parceria com a Blanver e Cyg Biotech, já sem proteção de patente;

Dolutegravir 50mg + Lamivudina 300mg: antirretroviral em comprimido, para tratamento de HIV, em parceria com a Blanver e Cyg Biotech, com produção prevista após o término da proteção patentária que expira em abril de 2026.

Castanha de caju conquista primeira Indicação Geográfica e destaca RN no cenário nacional



Reconhecimento valoriza qualidade do produto potiguar e fortalece produtores do município de Serra do Mel, maior produtor do estado

Por Camila Vidal

A castanha de caju passou a integrar oficialmente o mapa das Indicações Geográficas do Brasil ao receber o primeiro registro de IG na modalidade Indicação de Procedência (IP). O reconhecimento para o município Serra do Mel conta com apoio do Sebrae no Rio Grande do Norte, que atua na reestruturação da cadeia produtiva local e na ampliação do acesso dos produtores a novos mercados.

Implantada nos anos 1970, a cajucultura se consolidou em Serra do Mel graças às condições favoráveis de solo e clima e à organização da agricultura familiar integrada à agroindústria de pequeno porte. Hoje, o município é o maior produtor do estado, com cerca de 13 mil hectares cultivados, e mais de 80% da produção beneficiada é exportada, movimentando a economia local, gerando empregos e fortalecendo o turismo, com destaque para a tradicional Festa do Caju e o título oficial de "Capital da Castanha".

Serra do Mel é o maior produtor do Rio Grande do Norte e mais de 80% da produção beneficiada é exportada | Foto: Divulgação

A atuação do Sebrae fortalece a cadeia produtiva da
abpi.empauta.com

castanha de caju em Serra do Mel (RN) ao apoiar pequenos produtores e agroindústrias locais com capacitações, consultorias especializadas e estímulo ao cooperativismo. A instituição contribui para tornar mais competitivo todo o processo de produção, beneficiamento e comercialização, ampliando oportunidades de trabalho e renda no meio rural e urbano.

Hulda Giesbrecht, coordenadora de Tecnologias Portadoras de Futuro da Unidade de Inovação do Sebrae

Produtores locais apostaram na reativação da Cooperativa de Beneficiamento Artesanal de Castanha de Caju do Rio Grande do Norte (Coopercaju), no primeiro semestre deste ano, como estratégia central para reorganizar a cadeia produtiva e reposicionar o município entre os maiores produtores do país. "Estamos muito otimistas. Já estamos buscando mercado para garantir o escoamento da produção", destaca o presidente da cooperativa, Alessandro Dantas.

Alessandro Dantas, presidente da cooperativa

Em âmbito nacional, o Sebrae atua nos processos de obtenção de Indicações Geográficas (IGs), por meio da capacitação de produtores, estruturação da governança e organização das cadeias produtivas. Os registros de IG têm elevado o valor de mercado dos produtos, com casos de valorização que chegam a até 300%. Um exemplo dessa valorização é o reconhecimento do socol de Venda Nova do Imigrante no Espírito Santo, na modalidade de Indicação de Procedência.

Atualmente, o Brasil possui 157 IGs, sendo 117 IPs (116 nacionais e 1 estrangeira) e 41 Denominações de Origem - DOs (31 nacionais e 10 estrangeiras). Existem duas espécies de Indicações Geográficas concedidas pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**): a Indicação de Procedência (IP) e a

Continuação: Castanha de caju conquista primeira Indicação Geográfica e destaca RN no cenário nacional

Denominação de Origem (DO).

A Indicação de Procedência reconhece o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto. Já a Denominação de Origem vai além e exige que as ca-

racterísticas e qualidades do produto sejam essencialmente ou exclusivamente atribuídas ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos.

-

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 4

Propriedade Intelectual

4

Inovação

6

Marco regulatório | INPI

7

Propriedade Industrial

7